

# Sumário

## AUTORIA

---

### **PRINCÍPIO DO RESPEITO AO AUTORREGRAMENTO DA VONTADE NO PROCESSO CIVIL ..... 27**

*Freddie Didier Jr.*

1. Nota do autor ..... 27
2. Notas sobre a relação entre a liberdade e o processo..... 27
3. O princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo civil 30

### **NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS NO CPC-2015 ..... 35**

*Freddie Didier Jr.*

1. Negócios jurídicos processuais: noções gerais, espécies e classificação ..... 35
2. Negócios jurídicos processuais atípicos ..... 39
  - 2.1. A cláusula geral de negociação sobre o processo. O princípio da atipicidade da negociação sobre o processo ..... 39
  - 2.2. Regras gerais da negociação processual ..... 42
  - 2.3. Negócios processuais celebrados pelas partes com o juiz..... 42
  - 2.4. Momento de celebração ..... 43
  - 2.5. Requisitos de validade ..... 43
    - 2.5.1. Generalidades..... 43
    - 2.5.2. Capacidade ..... 44
    - 2.5.3. Objeto ..... 46
    - 2.5.4. Forma ..... 49
  - 2.6. Anulabilidade..... 50
  - 2.7. Eficácia e revogabilidade ..... 50
  - 2.8. Onerosidade excessiva, resolução e revisão..... 51
  - 2.9. Inadimplemento e ônus da alegação ..... 52
  - 2.10. Efetivação..... 52
  - 2.11. Princípio da boa-fé e negociação processual..... 53
  - 2.12. Interpretação..... 53

2.13. Negócios processuais coletivos e negócios processuais que dizem respeito a processos indeterminados .....	54
2.14. Direito intertemporal.....	55

**FONTE NORMATIVA DA LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE ORIGEM NEGOCIAL .....** **57**

*Fredie Didier Jr.*

1. Conceito de legitimação extraordinária .....	57
2. Fonte normativa da legitimação extraordinária.....	58
3. Legitimação extraordinária ativa de origem negocial .....	60
4. Legitimação extraordinária passiva de origem negocial .....	62
5. O chamamento à autoria como exemplo histórico de legitimação extraordinária de origem negocial .....	63
6. Legitimação extraordinária de origem negocial e pendência do processo	64
7. Referências bibliográficas .....	64

**PODERES DO ASSISTENTE SIMPLES NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A QUESTÃO DAS OMISSÕES NEGOCIAIS DO ASSISTIDO .....** **67**

*Fredie Didier Jr.*

**COAUTORIA**  
.....

**NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS E EXECUÇÃO .....** **75**

*Fredie Didier Jr.*

*Antonio do Passo Cabral*

1. Considerações introdutórias.....	75
2. Disponibilidade da execução .....	77
3. Autonomia da vontade e execução. A execução como ambiente mais propício à celebração de convenções processuais .....	78
4. Vantagens dos negócios jurídicos executivos .....	81
5. Objeto possível. Negócios jurídicos processuais típicos e atípicos .....	83
6. <i>Pactum de non exequendo</i> .....	84
7. Negócios jurídicos processuais e título executivo extrajudicial.....	86
8. Negócio jurídico processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador. Negócios jurídicos sobre os meios executivos .....	89
9. Negócios jurídicos processuais sobre a penhorabilidade .....	91
9.1. Premissa.....	91

9.2. Os negócios jurídicos sobre a responsabilidade patrimonial e a penhorabilidade .....	94
10. Negócios jurídicos processuais e ordem de bens a penhorar. Pacto de prelação .....	97
11. Negócios jurídicos processuais e procedimentos especiais executivos.....	99
12. Acordo sobre as formas de comunicação processual .....	99
13. Escolha convencional do depositário e do avaliador .....	100
14. Conclusão.....	101
15. Bibliografia.....	101

**A PROMESSA DE RECOMPENSA JUDICIAL E O NOVO CPC ..... 107**

*Fredie Didier Jr.*

*Pedro Henrique Pedrosa Nogueira*

1. Introdução .....	107
2. A promessa de recompensa como negócio jurídico unilateral .....	108
3. A atipicidade nos negócios jurídicos unilaterais.....	110
4. Os negócios jurídicos processuais.....	112
5. A cláusula geral de efetivação da decisão judicial (art. 536, §1º, CPC/15)...	115
6. A promessa de recompensa judicial no direito brasileiro.....	117

**COLABORAÇÃO PREMIADA (LEI N. 12.850/2013): NATUREZA JURÍDICA E CONTROLE DA VALIDADE POR DEMANDA AUTÔNOMA – UM DIÁLOGO COM O DIREITO PROCESSUAL CIVIL ..... 123**

*Fredie Didier Jr.*

*Daniela Bomfim*

1. Considerações teóricas sobre os negócios jurídicos.....	124
1.1. A teoria do fato jurídico como uma teoria parcial do direito .....	124
1.2. Sobre o conceito de negócio jurídico.....	125
1.3. Sobre os negócios jurídicos processuais .....	130
2. Colaboração premiada: noções gerais e natureza jurídica.....	132
3. Sobre o juízo de homologação da colaboração premiada.....	138
3.1. Considerações gerais.....	138
3.2. Considerações específicas.....	141
3.3. A retratabilidade do negócio .....	142
4. A possibilidade de controle de validade da decisão homologatória do contrato de colaboração premiada.....	147
5. A legitimidade de terceiros eventualmente atingidos para a propositura de demanda de controle da decisão homologatória da colaboração premiada .....	152

6. O interesse de agir na demanda de controle da decisão homologatória da colaboração premiada .....	155
7. A inexistência de “preclusão”, pela não interposição de recurso pelo terceiro, quanto ao direito ao controle de validade da decisão homologatória .....	158
8. Conclusões .....	163

**A COLABORAÇÃO PREMIADA COMO NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL ATÍPICO NAS DEMANDAS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA..... 165**

*Fredie Didier Jr.*

*Daniela Santos Bomfim*

1. Negócios jurídicos processuais.....	165
1.1. Noções gerais.....	165
1.2. Negócios jurídicos processuais atípicos: o princípio da atipicidade da negociação sobre o processo.....	167
2. Colaboração premiada: noções gerais e natureza jurídica.....	170
3. A colaboração premiada como negócio jurídico atípico nos processos de improbidade administrativa.....	177
Referências.....	179

**NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS EM CONTRATOS EMPRESARIAIS ... 183**

*Fredie Didier Jr.*

*Júlia Lipiani*

*Leandro Santos Aragão*

1. Introdução .....	183
2. Os negócios jurídicos processuais e a cláusula geral de negociação sobre o processo .....	184
2.1. Nota introdutória.....	184
2.2. Os requisitos de validade dos negócios jurídicos processuais. Algumas diretrizes para exame da licitude do objeto de negócios jurídicos processuais atípicos.....	186
3. Os contratos empresariais.....	191
4. Os negócios jurídicos processuais em contratos empresariais .....	194
4.1. Generalidades.....	194
4.2. Exemplos de negócios jurídicos processuais em contratos empresariais em espécie .....	197
4.2.1. Foro de eleição .....	197
4.2.2. Cláusulas relativas a provas: responsabilidade pela guarda de documentos; impossibilidade de inversão jurisdicional do	

ônus da prova; limitação do meio de prova de determinado fato.....	199
4.2.3. Cláusulas relativas à impossibilidade de execução provisória e à impenhorabilidade de certos bens.....	201
4.2.4. Cláusula relativa à renúncia ao direito de interposição de recurso.....	201
4.2.5. Cláusula relativa à limitação ao exercício do direito de ação....	202
5. Conclusão.....	204
Referências bibliográficas.....	204

**ALIENAÇÃO (JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL) DE BEM POR SOCIEDADE DIFERENTE DA CREDORA QUE COMPÕE GRUPO SOCIETÁRIO – UM BOM EXEMPLO DE NEGÓCIO JURÍDICO EXECUTIVO SOBRE LEGITIMIDADE..... 207**

*Freddie Didier Jr.*

*Lucas Buril de Macêdo*

1. Introdução: uma situação prática que merece cuidado teórico.....	208
2. Exame da alienação judicial no CPC/2015 .....	209
2.1. Considerações teóricas sobre a alienação judicial.....	209
2.2. Características da alienação por iniciativa particular.....	211
2.3. Enquadramento legal da alienação efetivada por sociedade componente do grupo societário da exequente .....	215
2.4. Atuação de outra sociedade do mesmo grupo de sociedades na condução da alienação judicial como alienação judicial promovida pelo exequente .....	218
3. Riscos jurídicos processuais da alienação por iniciativa particular por sociedade diversa e medidas para sua atenuação .....	222
3.1. Oposição do devedor.....	222
3.2. Convenção processual nos contratos para fixar a técnica processual adequada para a alienação do bem.....	225
3.2.1. Cabimento e validade da convenção para eleição da técnica executiva adequada em alienação fiduciária .....	225
3.2.2. Cláusula de eleição do meio executivo adequado: definição da empresa alienante e das condições da alienação.....	227
4. Alienação extrajudicial no caso de busca e apreensão (art. 2º do Decreto-Lei nº 911/1969) .....	229
5. Conclusões .....	231
Referências.....	232

**O USO DA TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN* PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E NEGÓCIOS PROBATÓRIOS SEGUNDO A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA..... 235**

*Fredie Didier Jr.*

*Rafael Alexandria de Oliveira*

1. Introdução .....	235
2. A Lei de Liberdade Econômica e a ampliação do uso do documento eletrônico: armazenamento em meio eletrônico de documentos públicos ou privados.....	236
3. Documento eletrônico: a questão da segurança e da confiabilidade .....	239
4. A presunção de autenticidade, integridade e confidencialidade do documento eletrônico certificado no padrão da ICP-Brasil.....	243
5. A previsão de hipótese típica de negócio jurídico sobre prova.....	243
6. <i>Blockchain</i> .....	245
6.1. O que é <i>blockchain</i> .....	245
6.2. Segurança e imutabilidade.....	248
6.3. Transparência.....	249
6.4. <i>Blockchain</i> como prova atípica.....	250
6.5. <i>Blockchain</i> como forma de garantir a autoria, integridade e confidencialidade de documento eletrônico .....	253
7. Conclusão.....	254
8. Referências.....	255

**COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA E PROTOCOLOS INSTITUCIONAIS: O CASO DO “ATO TRABALHISTA”, OU PLANO ESPECIAL DE PAGAMENTO TRABALHISTA, PARA A CENTRALIZAÇÃO DE EXECUÇÕES CONTRA ENTIDADES DESPORTIVAS ..... 257**

*Fredie Didier Jr.*

*Leandro Fernandez*

1. Introdução .....	258
2. Protocolos institucionais.....	258
2.1. Compreensão.....	258
2.2. Os protocolos institucionais na teoria das fontes do direito processual.....	261
2.3. Protocolos institucionais celebrados com litigantes habituais.....	263
2.4. A cooperação interinstitucional na execução: protocolos institucionais como negócios jurídicos executivos.....	265
3. O “ato trabalhista” .....	266

3.1. A situação econômica dos clubes de futebol e o surgimento da figura dos “atos trabalhistas” .....	266
3.2. O art. 50 Lei n. 13.155/2015: o regime centralizado de execução para entidades desportivas .....	269
3.3. A regulamentação pela corregedoria-geral da Justiça do Trabalho....	272
4. O “ato trabalhista” como um protocolo institucional .....	277
4.1. O “ato trabalhista” como resposta a um problema estrutural.....	277
4.2. A cooperação de segundo grau ou acessória: a possibilidade de desenvolvimento de uma rede de cooperação em torno do ato trabalhista.....	279
4.3. Revisão.....	280
5. Conclusões .....	282
Referências bibliográficas.....	283

**A LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE ORIGEM NEGOCIAL  
NO ÂMBITO DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL ..... 285**

*Freddie Didier Jr.*

*Marcelo Mazzola*

Introdução.....	285
1. Conceito de legitimação extraordinária .....	287
2. Fonte normativa da legitimação extraordinária.....	288
3. Legitimação extraordinária ativa de origem negocial .....	290
4. Legitimação extraordinária passiva de origem negocial .....	292
5. Legitimação extraordinária de origem negocial e pendência do processo	293
6. Legitimação extraordinária de origem negocial no âmbito da propriedade industrial .....	293
6.1. Atribuição atípica de legitimação extraordinária de origem negocial no âmbito da propriedade industrial .....	299
7. Conclusão.....	300
8. Referências bibliográficas .....	301